



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador Jaques Wagner

**REQUERIMENTO N° DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do inciso IV e § 7º do art. 154 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão de Debates Temáticos, a ser realizada em data oportuna, a fim de debater os resultados apresentados em relatório do IPCC e os impactos e recomendações para o Brasil.

Proponho para a sessão a presença dos seguintes convidados:

1. Representante da COP-26;
2. Representante do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima - IPCC;
3. Sr. Carlos Nobre, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE;
4. Governador Renato Casagrande, Coordenador da Coalizão de Governadores pelo Clima;
5. Representante da Juventude Ativista pelo Clima;
6. Representante Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)  
e
7. Representante do Ministério do Meio Ambiente - MMA.

**JUSTIFICAÇÃO**

A mudança do clima não está mais batendo à nossa porta, pois está sentada no sofá da sala. Não restam mais dúvidas sobre a influência da ação do ser humano no equilíbrio do clima global. Ontem, 9 de agosto, o

SF/21814.60288-03 (LexEdit)

Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) lançou relatório com informações científicas acerca do impacto da ação humana na mudança do clima, sendo o mais abrangente e conclusivo documento sobre a crise climática. É a primeira vez que a ciência quantifica a ação humana no desequilíbrio do clima global. O relatório foi escrito por mais de 200 cientistas de mais de 60 países.

A mudança do clima já é percebida em todo mundo. Ondas de calor extremas mortais que assolam o noroeste do Pacífico e o Canadá, onde cerca de cem pessoas morreram neste verão, já são cerca de 5 vezes mais prováveis de acontecer com o aquecimento atual. As alterações também afetam os sistemas de circulação de vapores d'água, causando secas extremas em diversas regiões do globo. Secas severas que costumavam ocorrer em média uma vez por década agora estão ocorrendo cerca de 70% mais frequentemente. O Brasil, neste ano já assolado pela pandemia de COVID-19, enfrenta a pior crise hídrica dos últimos 91 anos. Essa ruptura no equilíbrio climático também provoca a formação de mais vapores d'água em outras regiões, provocando chuvas intensas, como as que vimos ocorrer na Europa e China nas últimas semanas. Em média, a frequência de inundações já aumentou cerca de 30% e contêm aproximadamente 7% a mais de água.

De acordo com o relatório supracitado, do aquecimento de 1,09°C observado atualmente, 1,07°C deriva de ações humanas, como desmatamentos e a queima de combustíveis fósseis. O modo de vida do ser humano está afetando todo o planeta, com efeitos que já podem durar centenas de anos, mesmo que as emissões de gases de efeito estufa sejam reduzidas a zero no dia de amanhã. Não há mais tempo. O secretário-geral da ONU, António Guterres, classificou o relatório como "um código vermelho para a humanidade".

No Brasil, ao que tudo indica, estamos trabalhando para agravar ainda mais este cenário. O desmatamento na Amazônia Legal, em 2019, somou mais de 10 mil km<sup>2</sup>. Em 2020, o total da floresta colocado abaixo foi de 10,8 mil km<sup>2</sup>. A soma de áreas desmatadas na Amazônia Legal, nestes dois anos, equivale a 2,6 milhões

de campos de futebol. O desmatamento em Unidades de Conservação na Amazônia, em 2019 e 2020, foram os maiores desde 2008, ano em que se inicia a divulgação dos dados pelo portal TerraBrasilis, do INPE. Em 2021, os alertas de desmatamento já somam 4.500 km<sup>2</sup>, lembrando que estes alertas, emitidos pelo sistema DETER, sempre apresentam estimativa inferior ao valor real do desmatamento (cerca da metade), divulgados ao final de todos os anos, pelo PRODES. No Pantanal, o ano de 2021 já é o terceiro consecutivo nos quais os rios não apresentaram a habitual cheia, resultado de mais uma temporada chuvosa abaixo da média histórica na região. Estiagem é a 5.<sup>a</sup> pior dos últimos 120 anos.

Soma-se a isso o esvaziamento de políticas públicas, como a paralisação do PPCDAm e o esvaziamento de conselhos com representação da sociedade civil, como o CONAMA. Assistimos o ex-Ministro do Meio Ambiente deixar o cargo em decorrência de julgamento no STF.

Quase 40 empresas de alimentos do Reino Unido ameaçaram interromper a compra de produtos do Brasil devido à matérias em tramitação no Congresso Nacional que ameaçam o meio ambiente ecologicamente equilibrado, previsto em nossa Constituição. Nossa país já foi afastado de acordos comerciais relevantes junto aos Estados Unidos, Reino Unido e, com a publicação de relatório de 29 de março, à União Europeia (o importante Acordo Econômico do Mercosul), todos por conta da gestão do meio ambiente adotada pelo país.

Também no dia de ontem, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) entrou com denúncia ao Presidente da República no Tribunal Penal Internacional de Haia por genocídio aos povos indígenas. No mesmo dia, entidades ambientalistas, através da Frente Parlamentar Ambientalista do Congresso Nacional, apresentaram carta aberta demonstrando “profunda preocupação com as constantes restrições ao espaço cívico em matéria ambiental, sobretudo neste distinto Conselho Nacional do Meio Ambiente”. Conforme aponta o documento, a

reunião do CONAMA, prevista para o dia de hoje, “pretende deliberar, de forma açodada e pouco representativa, acerca de novas regras para o Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas (CNEA)”.

Diante da emergência climática apontada pelo IPCC e dos desastrosos retrocessos conduzidos pelo Governo Federal acerca da agenda ambiental, propomos o presente debate temático para debater os resultados apresentados no referido relatório e os impactos e recomendações para o Brasil.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2021.

**Senador Jaques Wagner  
(PT - BA)  
Presidente da Comissão de Meio Ambiente**